

Relatório da CPI da Dívida de SCS avança para avaliação de Ministério Público e Tribunal das Contas

Relatório da CPI da Dívida em São Caetano segue para Ministério Público e Tribunal de Contas

Página 4

Relatório da CPI da Dívida de SCS avança para avaliação de Ministério Público e Tribunal de Contas

Documento aponta indícios de irregularidades na gestão de José Auricchio Júnior e segue para análise de órgãos de controle

MARCOS FIDELIS

O relatório final da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida, aprovado pela Câmara Municipal de São Caetano no último dia 14 de abril, começou a ser encaminhado aos órgãos competentes para análise e possíveis desdobramentos. O documento, elaborado pelo vereador Edison Parma - Podemos, investigou as contas do último ano da gestão do ex-prefeito José Auricchio Júnior - PSD.

ENCAMINHAMENTO

O relatório já foi oficialmente enviado ao Ministério Público, ao Ministério Público de Contas e ao Tribunal de Contas, que passam agora a avaliar o conteúdo da investigação. A

DIVULGAÇÃO



Para reforçar sua confiança nos órgãos de controle

Secretaria do Tesouro Nacional também deve receber o material nos próximos dias. O documento foi aprovado com ampla maioria no Legislativo, registrando 18 votos favoráveis e dois contrários.

RELATÓRIO

Porém, o relatório aponta indícios

de irregularidades que podem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de possíveis violações aos princípios da legalidade na administração pública. Todavia, o texto também menciona a possibilidade de configuração de crimes de responsabilidade, atos de improbidade administrativa e crimes contra as finanças públicas.

Nesse sentido, entre os encaminhamentos recomendados estão a realização de auditoria especial nas contas de 2024 da Prefeitura, a instauração de inquérito civil e o oferecimento de denúncia criminal. Além disso, o documento sugere a responsabilização financeira de gestores públicos envolvidos.

Ainda assim, caberá agora aos órgãos de controle analisar as

informações e conduzir eventuais investigações e punições. Por exemplo, as sanções previstas podem incluir multas administrativas, inelegibilidade e até reclusão, dependendo das conclusões das apurações.

Do mesmo modo, o relator da CPI defendeu a condução dos trabalhos e destacou a base técnica do relatório.

"Acredito que a CPI cumpriu com o seu dever e mostrou a verdade para a cidade, com seriedade e base técnica. Existem fortes indícios de que a antiga gestão atuou para 'maquiar' as contas da Prefeitura. Fomos ao limite do que a Constituição Federal nos permite. Agora, cabe aos órgãos competentes dar andamento nas possíveis responsabilizações", afirmou o vereador Edison Parma.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal ABC Repórter - Grande ABC/SP

Seção: Política Página: Capa + página 4